

11/11/2008

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**PACIENTE(S)** : GERALDO LOPES BATISTA  
**PACIENTE(S)** : FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES  
**IMPETRANTE(S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO  
GRANDE DO NORTE  
**COATOR(A/S) (ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. ALEGADA INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO. INOCORRÊNCIA. COMPETÊNCIA CONFERIDA POR RESOLUÇÃO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA LOCAL. LEI DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÕES JUDICIÁRIA. ILEGITIMIDADE DO MINISTÉRIO PÚBLICO PARA A IMPETRAÇÃO. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AO DIREITO À AMPLA DEFESA. *HABEAS CORPUS* NÃO-CONHECIDO.

I - O Ministério Público possui legitimidade processual para defender em juízo violação à liberdade de ir e vir por meio de *habeas corpus*.

II - É, no entanto, vedado ao Parquet utilizar-se do remédio constitucional para veicular pretensão que favoreça a acusação.

III - O reconhecimento da incompetência do juízo ou a declaração de inconstitucionalidade de resolução há de ser provocada na via processual apropriada.

IV - Atuação ministerial que fere o devido processo legal e o direito à ampla defesa.

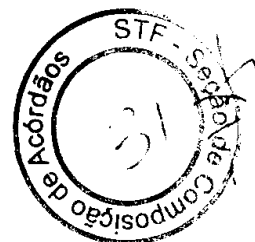
V - *Habeas corpus* não-conhecido.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata de julgamentos e das notas taquigráficas, por maioria de votos, não conhecer do pedido de *habeas corpus*; vencido o Ministro Marco Aurélio, Presidente.

Brasília, 11 de novembro de 2008.

**RICARDO LEWANDOWSKI - RELATOR**



20/11/2007

PRIMEIRA TURMA

**HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE**

**RELATOR** : **MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**  
**PACIENTE(S)** : GERALDO LOPES BATISTA  
**PACIENTE(S)** : FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES  
**IMPETRANTE(S)** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**COATOR(A/S) (ES)** : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**R E L A T Ó R I O**

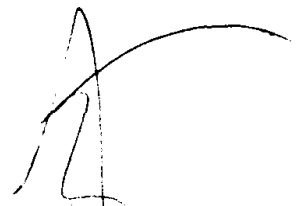
O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI**: - Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte, em que figuram como pacientes GERALDO LOPES BATISTA e FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES, contra decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no RHC 19.825/RN.

Eis a ementa da decisão atacada (fl. 23):

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS IMPETRADO PELO MINISTÉRIO PÚBLICO VISANDO O RECONHECIMENTO DA INCOMPETÊNCIA DO JUÍZO PROCESSANTE. PARTE ILEGÍTIMA. PRECEDENTES. RECURSO IMPROVIDO.

1. O Ministério Público é parte legítima para impetrar *habeas corpus* com escopo de resguardar a liberdade de locomoção contra ilegalidade ou abuso de poder.

2. No caso, porém, não detém o Parquet legitimidade ativa, tendo em vista que a impetração não visa a tutela da liberdade de locomoção do paciente, mas



**HC 91.510 / RN**

*sim o reconhecimento, no interesse da acusação, da incompetência do Juízo processante. Precedente.*

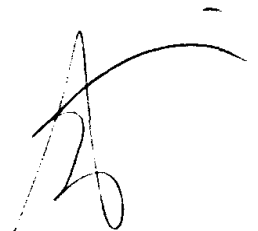
*3. Recurso improvido."*

Narra o impetrante, em síntese, ter a Resolução 19/2005 do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte alterado a competência da 11ª Vara Criminal da Comarca de Natal, que é fixada pela Lei Complementar Estadual 165/1999, vinculando-a ao julgamento dos feitos que envolvam crimes sexuais contra crianças, adolescentes e idosos, bem como os delitos definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90) e no Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003).

Sustenta, em suma, que a Resolução em comento padece de inconstitucionalidade formal, visto que está em confronto com o disposto no art. 72, VI, **a**, da Constituição do Estado do Rio Grande do Norte, que apresenta a seguinte redação:

*"Compete privativamente ao Tribunal de Justiça propor à Assembléia Legislativa, observado o disposto no art. 110, a Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado e sua alteração" (fl. 6).*

Diz, mais, que não existe previsão na Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Rio Grande do Norte no tocante à possibilidade de fixação de competências das varas por resolução



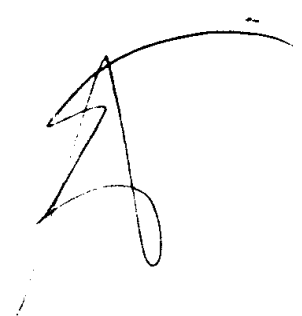
**HC 91.510 / RN**

do Tribunal de Justiça, tratando-se de matéria sujeita à reserva legal (fl. 6).

Afirma, ainda, que a impetração não objetiva perseguir interesse da acusação, buscando, tão-somente, o reconhecimento "da incompetência absoluta do juízo da 11ª Vara Criminal da Comarca de Natal para processar e julgar o feito em referência, determinando-se a sua distribuição conforme os termos da Lei de Organização e Divisão Judiciárias (Lei Complementar Estadual 165/1999)".

Alega, ademais, que os pacientes têm o direito de ser processados e julgados por seu juiz natural, mostrando-se vantajoso para a defesa a anulação do recebimento da denúncia, "com nova oportunidade para o Poder Judiciário analisar os pressupostos e requisitos da peça acusatória" (fls. 6-7), em respeito ao disposto no art. 5º, LIII, da Carta Magna (fl. 9).

Em abono da tese, traz à baila decisão proferida por esta 1ª Turma, no HC 90.305/RN, Relator o Ministro Carlos Britto (DJ 25/5/2007), na qual se teria reconhecido a legitimidade ao Ministério Público para a impetração de HC com idêntico substrato fático-jurídico (fl. 9).



**HC 91.510 / RN**

Nesses termos, postula seja admitida a ilegitimidade ativa *ad causam* do *Parquet* no HC 2006.001492-8 e no RHC 19.825/RN, bem como reconhecida a incompetência da 11ª Vara Criminal da Comarca de Natal para processar e julgar a Ação Penal 001.06.003070-5, em que figuram como réus os pacientes, determinando-se a livre redistribuição do feito ou, alternativamente, a continuidade do julgamento RHC interposto no Superior Tribunal de Justiça (fl. 10).

As informações vieram aos autos em 25/6/2007 (fls. 22-29).

O Ministério Público Federal, por meio do parecer de lavra do Subprocurador-Geral da República Mario José Gisi, opinou pelo não-conhecimento do *habeas corpus* ou, se conhecido, pela denegação da ordem (fls. 31-38).

Determinei a intimação dos pacientes para que, em querendo, se pronunciassem quanto à impetração (fl. 40). Porém, regularmente intimados em 17/9/2007 (fl. 222 verso), estes não se manifestaram (certidão de fl. 224).

É o relatório.



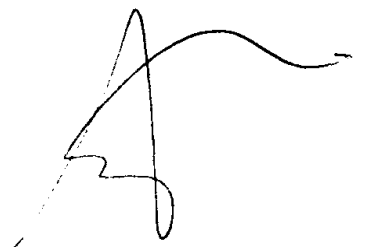
**20/11/2007****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE****V O T O**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator): Antes de apreciar a presente impetração, relembro, por oportuno, que no julgamento do HC 90.305/RN, relatado pelo Ministro Carlos Britto, havido em 20/3/2007, a ordem foi concedida, em virtude de empate na votação, ausente justificadamente o Ministro Marco Aurélio.

Observo, também, que questões aqui ventiladas, são idênticas àquelas discutidas naquele julgamento, diferindo apenas os pacientes.

Na oportunidade, o seu Relator, o Ministro Carlos Britto, conjugando os princípios contidos nos arts. 127 e 129 da Constituição da República, concluiu, com a adesão da Ministra Carmem Lúcia, o seguinte:

"9. Nessa contextura, tenho como legítima e louvável a ação impetrada pelo Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte. Ação na qual defende, como órgão de tutela de toda a Ordem Jurídica, interesse individual indisponível do paciente. Não é outro o entendimento desta nossa Suprema Corte, verbis:



**HC 91.510 / RN**

'HABEAS CORPUS - LEGITIMIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO. A legitimidade para a impetração do habeas corpus é abrangente, estando habilitado qualquer cidadão. Legitimidade de integrante do Ministério Público, presentes o múnus do qual investido, a busca da prevalência da ordem jurídico-constitucional e, alfim, da verdade. TRANSAÇÃO - JUIZADOS ESPECIAIS - PENA RESTRITIVA DE DIREITOS - CONVERSÃO - PENA PRIVATIVA DO EXERCÍCIO DA LIBERDADE - DESCABIMENTO. A transformação automática da pena restritiva de direitos, decorrente de transação, em privativa do exercício da liberdade discrepa da garantia constitucional do devido processo legal. Impõe-se, uma vez descumprido o termo de transação, a declaração de insubsistência deste último, retornando-se ao estado anterior, dando-se oportunidade ao Ministério Público de vir a requerer a instauração de inquérito ou propor a ação penal, ofertando denúncia.' (HC 79.572-2, Rel. Min. Marco Aurélio).

10. Vê-se, pois, que assentada a legitimidade do Ministério Público para postular o reconhecimento da incompetência absoluta do Juízo originário, resta analisar o pedido alternativo: a declaração de incompetência da 11ª Vara Criminal para o julgamento do ora paciente. Entretanto, para evitar uma dupla supressão de instância e dado o fato de não haver constrangimento iminente à liberdade do paciente, recomendável a remessa dos autos ao Tribunal Estadual para que, afastada a preliminar do conhecimento, aprecie o pedido como entender de Direito" (grifos suprimidos).

O Ministro Sepúlveda Pertence, divergindo de tal entendimento assentou que que, para admitir-se a legitimidade do Parquet no manejo do habeas corpus, é preciso que seja manifesto o



**HC 91.510 / RN**

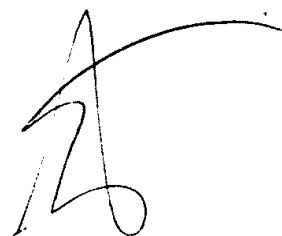
interesse do acusado na impetração, posição essa da qual compartilhei.

Neste *habeas corpus*, como visto, determinei, *ad cautelam*, a intimação dos pacientes quanto ao interesse na impetração, mas tal diligência, embora tenha sido efetivamente cumprida (fl. 222 verso), restou infrutífera.

Diante disso, e após refletir novamente sobre a questão, peço vênia para manter-me fiel à linha de raciocínio esposada no HC 90.305/RN, ocasião na qual assentei que, apesar de admitir possa o Ministério Público legitimamente impetrar HCs para proteger o direito constitucional de ir e vir, tal expediente não pode ser utilizado para veicular pretensão da acusação, ainda que, em tese, juridicamente legítima.

No presente caso, verifico que a pretensão deduzida pelo *Parquet* exorbita dos estreitos lindes do *habeas corpus*, mostrando-se totalmente inadequada, *concessa venia*, a via processual eleita para atingir o desiderato proposto.

Com efeito, busca o impetrante, em síntese, seja reconhecida a inconstitucionalidade da Resolução 19/2005 do





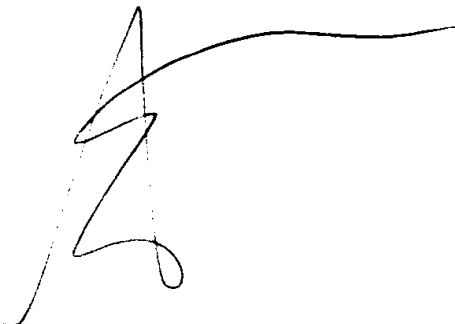
**HC 91.510 / RN**

Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Norte, em face da Constituição Estadual, utilizando-se de HC, quando poderia ter-se valido seja da exceção de incompetência, seja da ação direta de inconstitucionalidade. Mediante representação ao Chefe do Ministério Público local.

Entendo, ademais, que alegação de ilegalidade na resolução que atribui competência a determinado juízo constitui iniciativa exclusiva da defesa, pois cabe a ela, e somente a ela, alegá-la em benefício do réu, se e quando entender oportuno.

Ademais, caso se admita possa o Ministério Público, que atua como parte no processo penal, impetrar *habeas corpus* em hipóteses como estas, ver-se-ia malferido o princípio do devido processo legal, com prejuízo para o exercício da ampla defesa.

Isso posto, não conheço da impetração.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'A' with a long horizontal stroke extending to the right.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 91.510-8**

PROCED.: RIO GRANDE DO NORTE

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S): GERALDO LOPES BATISTA

PACTE.(S): FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES

IMPTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Adiado o julgamento por indicação do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, Presidente. 1ª. Turma, 20.11.2007.

Presidência do Ministro Carlos Britto. Presentes à Sessão o Ministro Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, Presidente.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

  
Ricardo Dias Duarte  
Coordenador

**19/02/2008****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE****O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Senhor Presidente, acompanho o Relator pela seguinte circunstância: neste caso, pelo menos em relação aos dados disponíveis, o Ministério Público está impetrando a ordem de **habeas corpus** para haver o reconhecimento da incompetência do Juízo. Então, neste caso, ele realmente não é a parte legítima. Se ele estivesse defendendo o interesse direto do acusado a situação seria outra.

*omit*

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)- Há precedente do Tribunal admitindo que, de início, mesmo funcionando de regra como Estado-acusador, o Ministério Público pode impetrar *habeas corpus* em benefício de cidadão.

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Mas aqui não é em benefício do cidadão.

*omit*

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - É do réu.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)- É do réu, cidadão.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - É em benefício do réu.

**HC 91.510 / RN**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Sem dúvida alguma, cidadão.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Perdão. Isso nós pressupomos. O Ministério Público quer deslocar a competência.

**O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:**

Neste caso, o Superior Tribunal de Justiça disse, expressamente, que a impetração estava sendo feita pelo Ministério Público no interesse da acusação. Isso consta expressamente do acórdão do Superior Tribunal de Justiça. E por que o STJ disse "no interesse da acusação"? Porque se tratava apenas do reconhecimento da incompetência do Juízo.

Então, se o Superior Tribunal de Justiça, examinando os autos, e o Relator, aqui, também os examinou, demonstra que não há interesse da defesa, e, sim, da acusação, o Ministério Público não é parte legítima para impetrar **habeas corpus**.

*mais*

**19/02/2008****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE**

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Senhor Presidente, Vossa Excelência não estava presente. Enfrentei essa questão dizendo o seguinte.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)** - Julgamos, no início, um *habeas corpus* versando a matéria. Fui voz isolada no Colegiado.

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Mas este caso é diferente.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)** - Não. É a mesma coisa. A impetração é idêntica. O Tribunal concluiu que não teria o Ministério Público, ante o silêncio da defesa, legitimidade para a impetração. Divergi, mas fui voz isolada.

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Entendi que o cerne da questão não era exatamente esse.

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)** - Ministro Ricardo Lewandowski, Vossa Excelência foi o relator do *habeas corpus* anterior, julgado nesta assentada, no início da sessão.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR)** - Nesta assentada.



**HC 91.510 / RN**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Do Rio Grande do Norte, também.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR)** - Sim.  
O caso é exatamente igual.


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -  
Especialização de vara.

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Não, o caso não era igual.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR)** - Mas, aí, os eminentes Ministros me acompanharam e Vossa Excelência foi voto vencido.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Sim, é o que estou dizendo.

**O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR)** - Até salientei, no início do meu voto, que o Ministério Público do Rio Grande do Norte, de forma reiterada, não se conforma com o



**HC 91.510 / RN**

deslocamento da competência. Ele quer que essa competência seja mantida nas varas das comarcas.

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - É diferente daqui. Ministro Marco Aurélio, ouça, muito rapidamente, os fundamentos do meu voto:

(...) "no que tange ao primeiro fundamento do writ, entendo assistir razão ao impetrante." - o Ministério Público - "Isso porque o pretendido reconhecimento da incompetência do Juízo de primeiro grau"

E responde à objeção do Ministro Carlos Alberto Direito, no particular; vou além do que disse o STJ.

"não me parece tão-só assegurar - ao contrário do que entendeu o egrégio Superior Tribunal de Justiça - os interesses da acusação."

Não é isso; não é apenas assegurar os interesses da acusação.

"É que tal reconhecimento afeta diretamente a defesa de um direito individual indisponível do paciente:"

Que direito individual indisponível do paciente é esse?



**HC 91.510 / RN**

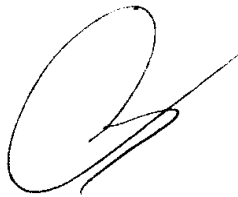
"o de ser julgado por um juiz competente, nos exatos termos do"(...) - juiz natural.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)- Neste caso, não ficarei sozinho.

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Excelência, por quê?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)- Porque o Colega admitirá a legitimação do Ministério Público.

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Sim, vou admitir a legitimação do Ministério Público.





19/02/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Senhor Presidente, porque naquele primeiro caso, o Ministro **Ricardo Lewandowski** estava acentuando agora, foi baixado o processo em diligência.

*mit'*

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -

Instou a defesa a se pronunciar.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

E o réu disse a mesma coisa. A similitude é exatamente essa. Como disse e apontou o Ministro **Marco Aurélio**, que ficou vencido, a contradição é exatamente esta: ou bem consideramos os dois casos que baixaram em diligência, e o acusado diz que não tinha interesses iguais, ou bem consideramos que essa circunstância estava ausente.

*mit'*

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Aqui não se baixou em diligência, não é?

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -  
Baixei previamente.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO MENEZES DIREITO:

Baixou previamente. O Ministro **Marco Aurélio** está acentuando essa contradição.

*mit'*

**HC 91.510 / RN**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Mas não há manifestação negativa da defesa. O que há é o silêncio.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Sim, mas consultado.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Não. É diferente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Ministro, o hábeas não depende, a meu ver, de autorização do beneficiário de uma possível ordem.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Mas se o Ministério Público está se substituindo à defesa, evidentemente é porque, de repente, o réu tem interesse de ser julgado naquela vara especializada, e não na comarca de origem.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - O ministro aponta que o direito não é disponível.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Não, não é. Eu disse que é um direito individual indisponível.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Ministro Carlos Britto, Vossa Excelência arrimou-se no seguinte precedente quando votou nesse mesmo sentido de que Vossa Excelência está votando.

O precedente invocado pelo Ministro Carlos Britto é totalmente diferente deste, da relatoria do Ministro Marco Aurélio, HC nº 79.572. Tratava-se do seguinte:

**HC 91.510 / RN***"Ementa*

HABEAS CORPUS - LEGITIMIDADE - MINISTÉRIO PÚBLICO. A legitimidade para a impetração do **habeas corpus** é abrangente, estando habilitado qualquer cidadão. Legitimidade de integrante do Ministério Público, presentes o múnus do qual investido, a busca da prevalência da ordem jurídico-constitucional e, alfim, da verdade. TRANSAÇÃO - JUIZADOS ESPECIAIS - PENA RESTRITIVA DE DIREITOS - CONVERSÃO - PENA PRIVATIVA DO EXERCÍCIO DA LIBERDADE - DESCABIMENTO."

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -  
Estamos muito acostumados com o Ministério Público acusando,  
pedindo a prisão.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -  
Naquele caso, envolvia-se realmente.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -  
Ministro Ricardo Lewandowski, então aguardaremos o voto da  
ministra Cármen Lúcia?

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -  
Sim. Apenas queria frisar e salientar para a Ministra Cármen  
Lúcia, que pediu vista dos autos, que o precedente invocado,  
**data venia**, não se aplica ao caso.

O SR. MINISTRO CARLOS BRITTO - Eu agreguei o  
fundamento da indisponibilidade do direito.

**HC 91.510 / RN**

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Bem  
agregado, diga-se de passagem.

**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 91.510-8**

PROCED.: RIO GRANDE DO NORTE

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S): GERALDO LOPES BATISTA

PACTE.(S): FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES

IMPTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

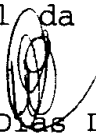
COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Adiado o julgamento por indicação do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, Presidente. 1ª. Turma, 20.11.2007.

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski, Relator, e Menezes Direito, assentando a ilegitimidade do Ministério Público; do Ministro Carlos Britto, concluindo de forma diversa, pediu vista do processo a Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 19.02.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

  
Ricardo Dias Duarte  
p/ Coordenador

08/04/2008

PRIMEIRA TURMA

HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** - Senhor Presidente, este é o caso que discutimos, no dia 19 de fevereiro, sobre a possibilidade, ou não, de o Ministério Público impetrar o *habeas corpus* para a verificação - ele dizia - do juízo competente para julgar o caso (se era a 11ª Vara, ou não). E o Ministro Ricardo Lewandowski concluiu como certo que o MP tem legitimidade se for para beneficiar, para a defesa.

A nossa dúvida era se realmente isso teria algum significado em defesa do paciente. Porém, Ministro Ricardo Lewandowski, quando me preparei para o voto, verifiquei que sobreveio uma mudança: havia uma resolução do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, e este processo já não estava na 11ª Vara, que era onde inicialmente estava.✍

**O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE)** - Não se chegou à conclusão no Juízo, porque seria incompetente.

**A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA** - Tenho receio de formular agora o meu voto, porque pode ser que ele já tenha perdido o objeto; estaríamos a julgar algo que já não existe.

Trago o tema à Turma para resolvermos se não seria o caso de convertermos o julgamento em diligência. Então, eu devolveria os autos ao Ministro-Relator até porque, no caso, Vossa Excelência pode mudar o voto.✍

08/04/2008

PRIMEIRA TURMA

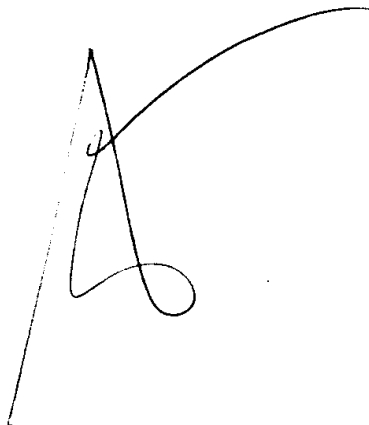
HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE

V O T O

(S/ DILIGÊNCIA)

O SENHOR MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) -

Senhor Presidente, estou de acordo em converter o julgamento em diligência.

A handwritten signature in black ink, consisting of a large, stylized capital letter 'R' with a long horizontal stroke extending to the right and a loop at the bottom.

**PRIMEIRA TURMA****EXTRATO DE ATA****HABEAS CORPUS 91.510-8**

PROCED.: RIO GRANDE DO NORTE

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S): GERALDO LOPES BATISTA

PACTE.(S): FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES

IMPTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COATOR(A/S)(ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Adiado o julgamento por indicação do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, Presidente. 1ª. Turma, 20.11.2007.


**Decisão:** Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski, Relator, e Menezes Direito, assentando a ilegitimidade do Ministério Público; do Ministro Carlos Britto, concluindo de forma diversa, pediu vista do processo a Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 19.02.2008.

**Decisão:** Adiado o julgamento por indicação da Ministra Cármen Lúcia. Unânime. 1ª. Turma, 18.03.2008.

**Decisão:** A Turma converteu o julgamento em diligência, como preconizado pela Ministra Cármen Lúcia, retornando-se o processo ao Gabinete do Ministro Ricardo Lewandowski. Unânime. 1ª Turma, 08.04.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocuradora-Geral da República, Drª. Cláudia Sampaio Marques.

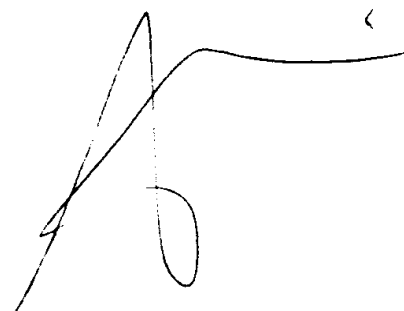
  
Ricardo Dias Duarte  
p/ Coordenador



**11/11/2008****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE****V O T O****(CONFIRMAÇÃO)**

O Sr. Ministro **RICARDO LEWANDOWSKI** (Relator) - Trata-se de *habeas corpus* impetrado pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte, em que figuram como pacientes GERALDO LOPES BATISTA e FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES, contra decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça no RHC 19.825/RN, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima.

Em sessão de 19/2/2008, proferi voto no sentido da impossibilidade de o Ministério Público impetrar *habeas corpus* para veicular pretensão da acusação, que consiste, na espécie, em ver reconhecida a inconstitucionalidade da Resolução 19/2005 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, a qual fixou competência do Juízo de Direito da Décima Primeira Vara Criminal da Comarca de Natal para processar e julgar os feitos relativos aos crimes consumados ou tentados contra a criança, o adolescente e o idoso.



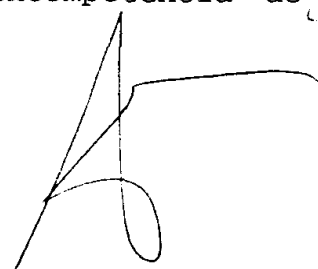
HC 91.510 / RN

Após pedido de vista da Min. Cármen Lúcia, a Turma converteu o julgamento em diligência, na sessão de 8/4/2008, conforme por ela preconizado, visto que havia notícias de que teriam sido editadas novas Resoluções a respeito da matéria, a 33/2007 e a 13/2008, revogando a Resolução 19/2005.

Em 29/10/2008, recebi os autos com as mencionadas Resoluções, encaminhadas pelo Presidente daquele Tribunal, e constatei que os novos diplomas normativos não têm o condão de prejudicar o mérito deste *habeas corpus*.

Com efeito, elas apenas atribuem idêntica competência, qual seja, para processar e julgar os feitos relativos aos crimes consumados ou tentados contra a criança, o adolescente e o idoso, a outras varas, além da Décima Primeira Vara Criminal.

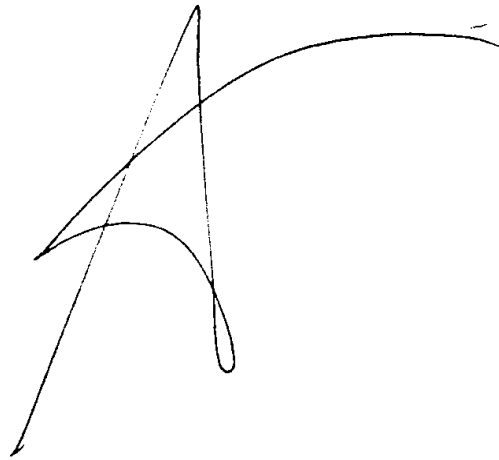
Desse modo, o objeto deste writ permanece incólume, na medida em que, muito embora um dos pedidos do *Parquet* seja o reconhecimento da incompetência do Juízo de Direito da Décima Primeira Vara Criminal - e o processo nem mais se encontre tramitando lá -, não conheci da impetração porque entendi - e continuo entendendo - que o Ministério Público não possui legitimidade para postular o reconhecimento de incompetência de



HC 91.510 / RN

juízo, por meio de *habeas corpus* quando não manifesto o interesse da defesa.

Essa a razão pela qual mantenho o meu voto, trazendo novamente a questão para apreciação desta Colenda Turma.

A large, stylized handwritten signature, possibly reading 'A', is written in black ink. It features a long, sweeping horizontal stroke that curves upwards at the end, and a vertical stroke that intersects it, forming a large 'A' shape.

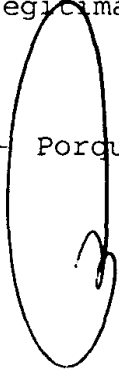
**11/11/2008****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) - Peço vênua para divergir. Em jogo, não há a menor dúvida, está o princípio do juiz natural e relativamente a um processo-crime que pode desaguar no cerceio à liberdade de ir e vir dos pacientes. Se fixo essa premissa, devo reconhecer a legitimidade, como o fez a Segunda Turma, do Ministério Público para a impetração, muito embora se sustente, como causa de pedir, que a apreciação do processo-crime não seria da competência do Juízo mencionado. Essa articulação - repito - deságua no envolvimento do princípio do juiz natural, no envolvimento, mais precisamente, do exame da própria imputação feita aos acusados, podendo haver a prolação de decisão condenatória por Juízo que se tem como incompetente.

Ora, se assim o é, não posso imaginar que, simplesmente, o Ministério Público esteja a sustentar algo que diga respeito apenas à acusação. Sustenta tema que repercute - repito - no campo da liberdade de ir e vir dos pacientes.

Por isso o considero parte legítima para esta impetração.

O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO - Porque esse risco existe. É uma possibilidade.




**HC 91.510 / RN**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (PRESIDENTE) -  
Processo-crime a ser julgado por um órgão que, na impetração, se  
aponta - não sei se procede ou não - como incompetente.

O SR. MINISTRO RICARDO LEWANDOWSKI (RELATOR) - Porque,  
aí, eu argumentei ser possível que a defesa se oponha a isso. Tem  
interesse que o processo continue tramitando exatamente naquela  
vara. E argumentei, também, à época, naquela assentada, que existem  
outros instrumentos processuais para assentarem a incompetência da  
vara. Uma exceção de incompetência, por exemplo.

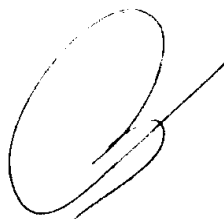
Então, como tivemos o cuidado de consultar a defesa  
para saber se ela tinha interesse, e ela não se manifestou, mantive-  
me nesse entendimento.



**11/11/2008****PRIMEIRA TURMA****HABEAS CORPUS 91.510-8 RIO GRANDE DO NORTE****ADITAMENTO AO VOTO**

**O SENHOR MINISTRO CARLOS BRITTO** - Senhor Presidente,  
acrescento ao meu voto a seguinte expressão: dadas as peculiaridades  
do caso, acompanho o eminente Relator.

# # #



**PRIMEIRA TURMA**

**EXTRATO DE ATA**

**HABEAS CORPUS 91.510-8**

PROCED.: RIO GRANDE DO NORTE

**RELATOR : MIN. RICARDO LEWANDOWSKI**

PACTE.(S): GERALDO LOPES BATISTA

PACTE.(S): FRANCISCO BALTAZAR FERNANDES

IMPTE.(S): MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

COATOR(A/S) (ES): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**Decisão:** Adiado o julgamento por indicação do Relator. Unânime. Presidiu o julgamento o Ministro Carlos Britto. Ausente, justificadamente, o Ministro Marco Aurélio, Presidente. 1ª. Turma, 20.11.2007.

**Decisão:** Após os votos dos Ministros Ricardo Lewandowski, Relator, e Menezes Direito, assentando a ilegitimidade do Ministério Público; do Ministro Carlos Britto, concluindo de forma diversa, pediu vista do processo a Ministra Cármen Lúcia. 1ª Turma, 19.02.2008.


**Decisão:** Adiado o julgamento por indicação da Ministra Cármen Lúcia. Unânime. 1ª. Turma, 18.03.2008.

**Decisão:** A Turma converteu o julgamento em diligência, como preconizado pela Ministra Cármen Lúcia, retornando-se o processo ao Gabinete do Ministro Ricardo Lewandowski. Unânime. 1ª Turma, 08.04.2008.

**Decisão:** Por maioria de votos, a Turma não conheceu do pedido de **habeas corpus**; vencido o Ministro Marco Aurélio, Presidente. 1ª Turma, 11.11.2008.

Presidência do Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Ministros Carlos Britto, Ricardo Lewandowski, a Ministra Cármen Lúcia e o Ministro Menezes Direito.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Wagner de Castro Mathias Netto.

  
Ricardo Dias Duarte  
p/ Coordenador